

O PAPEL DAS “LEITURAS PROIBIDAS” NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LEITORA

*Regiane Rodrigues Araújo
Francisco Jeovane do Nascimento
Maria Socorro Lucena Lima*

Resumo

O presente estudo faz parte da pesquisa intitulada Formação de professores: a leitura na aprendizagem da profissão docente, realizada com estudantes do curso de Pedagogia de uma universidade pública, localizada no interior cearense, em que objetivou-se compreender a percepção discente acerca da concepção de leituras proibidas, além de entender o papel da família na vida desses jovens leitores. As leituras tidas como “proibidas” apresentam um mundo de significado e simbolismo na constituição da identidade leitora dos sujeitos, pois acontecem em meio a diferentes contextos culturais e sociais. Utilizou-se a abordagem qualitativa da pesquisa, aplicando a técnica do grupo focal. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo. A pesquisa revelou que as “leituras proibidas” se constituem como um ato de curiosidade, que acompanha, principalmente, os jovens. Paralelamente a isso está a vigilância pedagógica, de cunho religioso e familiar, ainda presente, mesmo entre universitários. A leitura está para além da decodificação das palavras, tendo em vista que se constitui também como uma habilidade intelectual, permeando o sujeito ao longo da vida.

Palavras-chave: Leituras proibidas; Curiosidade; Identidade leitora.

THE ROLE OF “PROHIBITED READING” IN BUILDING READING IDENTITY

Abstract

This study is part of a research entitled Teacher training: reading in the teaching profession, conducted with students of the Pedagogy course of a public university, located in the interior of Ceará, in which the objective was to understand the student's perception of the conception of forbidden readings, as well as to understand the role of the family in the lives of these young readers.. The readings considered prohibited present a world of meaning and symbolism in the constitution of the reading identity of the subjects because they happen in different cultural and social contexts. We used the qualitative approach of the research, applying the focus group technique. The collected data were submitted to content analysis. The research revealed that the “prohibited readings” constitute an act of curiosity, which accompanies, mainly, young people. Parallel to this is the pedagogical vigilance, of religious and family nature, still present, even among university students. Reading is beyond the decoding of words, since it is also an intellectual skill, permeating the subject throughout life.

Keywords: Prohibited reading; Curiosity; Reader identity.

EL PAPEL DE LAS "LECTURAS PROHIBIDAS" EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD LECTORA

Resumen

El presente estudio forma parte de la investigación titulada Formación de profesores: la lectura en el aprendizaje de la profesión docente, realizada con estudiantes del curso de Pedagogía de una universidad pública, localizada en el interior cearense, en que se objetivó comprender la percepción discente acerca de la concepción de lecturas prohibidas, además de entender el papel de la familia en la vida de esos jóvenes lectores. Las lecturas tenidas como "prohibidas" presentan un mundo de significado y simbolismo en la constitución de la identidad lectora de los sujetos, pues ocurren en medio de diferentes contextos culturales y sociales. Se utilizó el enfoque cualitativo de la investigación, aplicando la técnica del grupo focal. Los datos recogidos fueron sometidos al análisis de contenido. La

investigación reveló que las "lecturas prohibidas" se constituyen como un acto de curiosidad, que acompaña, principalmente, a los jóvenes. Paralelamente a esto está la vigilancia pedagógica, de cuño religioso y familiar, aún presente, incluso entre universitarios. La lectura está más allá de la decodificación de las palabras, teniendo en cuenta que se constituye también como una habilidad intelectual, permeando el sujeto a lo largo de la vida.

Palabras clave: Lecturas prohibidas; Curiosidad; Identidad lectora.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a percepção discente acerca da concepção de leituras proibidas, além de entender o papel da família na vida desses jovens leitores. Essa abordagem é resultante das reflexões advindas do grupo focal, realizado no processo metodológico da pesquisa maior, intitulada Formação de Professores: a leitura na aprendizagem da profissão docente. O estudo foi desenvolvido com estudantes do quinto e sexto períodos do curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri, instituição pública de ensino superior, localizada na cidade cearense de Crato.

Partimos do pressuposto de que em meio ao processo de globalização, expansão da internet e, conseqüentemente, o surgimento das mídias sociais, tornou-se complexo redefinir o sentido de leituras até então proibidas ou negadas, no espaço familiar e escolar. O surgimento da internet propicia o livre acesso à leitura, o que dificulta a possibilidade de identificação dos hábitos que estão sendo formados pelos alunos (SILVA, 2008). Dessa forma, a proposta dessa reflexão aponta para um enfoque sincrônico, que acontece em concomitância as demais rotinas da sala de aula.

Portanto, esse avanço das mídias sociais trouxe consigo a hiperconectividade para o cotidiano das pessoas, apresentando, também, a praticidade e o acesso ao conhecimento. No entanto, nos leva a questionar a temática em estudo, qual seja, o papel e o lugar das leituras proibidas na construção da identidade leitora dos alunos e professores.

O hábito da leitura é um dos principais meios de desenvolvimento social, cultural e comunicação entre as pessoas e o mundo, propiciando uma viagem fascinante e potencializadora de conhecimentos que reverberam em melhorias pessoais, tais como o enriquecimento do vocabulário, avanços cognitivos, pensamento criativo, dentre outros fatores. Além de tudo, a leitura configura-se como uma forma de estar em contato com diferentes tipos de escritas, pois conforme Melo (2004), através desse contato, potencializa-se uma riqueza comunicacional que ultrapassa o universo alfabético do texto escrito.

A formação do professor-leitor está intimamente relacionada às suas experiências de vida e formação, e, principalmente, ao contexto no qual esse sujeito está inserido (ARAÚJO *et al.*, 2020). Contudo, a construção da identidade do professor leitor ocorre mediante um processo contínuo, desenvolvendo-se em meio às ações do cotidiano, por intermédio do contato com diferentes tipos de leitura, dentre elas, aquelas que são consideradas proibidas.

A relevância desta investigação está na contribuição para o debate sobre o que são leituras proibidas, quem as proibiu e acerca do papel da família perante esses hábitos leitores, por vezes, censurados. Todavia, sabemos que a família nuclear brasileira ainda é tradicional e moralista, no entanto, compreendemos que não se pode mudar a instituição familiar sem que a sociedade também passe por mudanças. A partir disso, procuramos traçar um paralelo entre a relação direta ou indireta que a família e a sociedade têm com a proibição de algumas leituras.

ESTUDOS TEÓRICOS SOBRE LEITURAS PROIBIDAS

As práticas das leituras tidas como proibidas não são recentes, entretanto, elas se constituem alvo de discussões, críticas e debates, desde a época da Santa Inquisição, por volta de 1500, de maneira que, naquele período, as pessoas que ousassem a praticá-las eram penalizadas pelo Santo Ofício e pelos seus juízes inquisidores (COSTA; GERMANO, 2012). Outro fato que chama atenção, no que se refere às leituras proibidas/negadas, é porque essa proibição foi atribuída com mais rigidez às mulheres, isso significa a evidência clara da predominância da cultura machista, que se fez incontestável no Brasil Colônia; por isso, as mulheres da época eram orientadas e induzidas a ler aquilo que as edificassem moralmente, tal afirmação reforça-se nas palavras de Santos (2007, p. 70)

[...] O normal era que as mulheres letradas lessem uma literatura edificante e moral. Dentre estas, as de santas que já foram casadas, como forma de prepará-las para o matrimônio. Esta sugestão de leitura era indicada justamente porque atingia o modo de vida das leitoras, através da exemplaridade desses escritos, induzindo-as a serem devotas aos santos e imitá-los. Geralmente, as informações presentes nas histórias de santos eram seus exemplos de virtude, humildade, caridade, vida devota, fé, castidade, dentre outros atributos que deveriam ter um cristão.

Em uma perspectiva histórica, observa-se que a censura e o impedimento de acesso ao conhecimento, principalmente no que concerne à leitura, são característicos de regimes políticos ditatoriais, marcados pelo autoritarismo e repressão, que proíbem a circulação de determinadas obras literárias, seguindo princípios conservadores e antidemocráticos, reprimindo a liberdade de expressão e o direito de acesso a possibilidades de aprendizagem e/ou aquisição/aperfeiçoamento do conhecimento.

Tais aspectos repercutem no âmbito social, no que se refere às questões de ordem histórica, política, cultural e religiosa. Assim, determinadas obras literárias e/ou leituras são consideradas de conteúdo impróprio, acreditando-se que infringem princípios e normas éticas e morais estabelecidas e consagradas pelo ambiente familiar e social com o qual o indivíduo vive e interage, bem como pelas instituições formativas que o mesmo frequenta, sendo consideradas, portanto, “leituras proibidas”.

Costa e Germano (2012), expõem que apesar do teor clandestino e da possibilidade de repressão oriunda do contato com as leituras proibidas, estas exercem um fascínio por parte dos indivíduos, mediante a oportunidade de acesso às diversas formas de conhecimento, aprendizagem e instrumento de leitura de mundo.

Consequentemente, as pessoas tendem a reproduzir o que lhes foi/é ensinado. Esse jogo de reproduções de condutas comportamentais e sociais, muitas vezes resulta na alienação do ser social, e ainda, na aceitação da opressão, e quando isso ocorre, o oprimido incorpora e reproduz as práticas opressivas. Neste sentido, Freire (2013, p. 32) comenta que “em sua alienação, os oprimidos querem a todo custo parecer-se com o opressor, imitá-lo, segui-lo”. Isso significa dizer que, possivelmente, a proibição de algumas leituras pode estar associada à alienação do próprio indivíduo em relação aos temas tratados em determinadas obras, como política, religião, sexualidade e outros.

Para tanto, acredita-se que a leitura representa uma oportunidade de desenvolvimento dos aspectos cognitivos e pessoais, os quais devem ser estimulados não apenas no ambiente escolar, mas também no cotidiano social e familiar, em que o indivíduo possa optar por obras e materiais diversos, em consonância com as suas especificidades e necessidades, sem temer a repressão e o preconceito, por medo do julgamento alheio, preceitos religiosos e sociais, bem como por questões familiares.

AS RELAÇÕES DE PODER NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

Em toda a história da humanidade, a família sempre esteve presente como parte integrante das relações sociais e de poder, porém tais relações dentro do contexto familiar vão transformando-se, ao longo do tempo (COSTA; GERMANO, 2012). Essas mudanças geralmente estão ligadas ao autoritarismo, à imposição da figura masculina, no que tange à tomada de decisões, e atreladas à própria estrutura social, que está constantemente sujeita às mudanças. Além disso, a família sofre com o controle interno de seus membros e o controle externo, como, por exemplo, o do Estado, o qual exerce indiretamente um papel de controlador social e político nesse mecanismo de interesses opostos. Sobre a atuação do Estado em relação à família, Meksenas (1994, p. 130) aponta

É através da família – menor célula organizadora da sociedade – que o Estado pode exercer um controle sobre os indivíduos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Sem dúvida, nossa instituição familiar é patriarcal, autoritária e monogâmica. Mas cabe a cada um encontrar os subterfúgios, o *modus vivendi*, dentro das normas em vigor.

A família é uma das organizações, dentre outras, que detém a institucionalização do poder em relação aos seus membros, entretanto, esse poder é personalizado, privilegiado e normalmente é exercido pelo patriarca. Nesse sentido, há uma semelhança entre o poder do Estado e o da família, o primeiro difere do segundo no que tange à legitimidade da tomada de decisões e às leis que o legitima, já o último é a reprodução de poderes e valores que são passados de geração a geração, e diferem de família para família, segundo seu contexto social e cultural.

Nesta concepção, a escola é tida como espaço de transformação social do sujeito e, ao mesmo tempo, se faz um espaço de luta de classes pelo mesmo direito: o acesso ao conhecimento, de forma igualitária. Dessa maneira, esses conflitos desencadeiam transformações na sociedade.

A escola mantém na sociedade um lugar de normatização do poder, mediada pela relação de disciplina dos alunos. Com isso, essa relação é estabelecida, por exemplo, com a proibição de determinadas leituras que são consideradas inadequadas ou não condizem com a tradição religiosa do colégio, dentre outras normas da instituição de ensino. Todavia, essa relação professor-aluno e o poder disciplinador ficam claros nas palavras de Prata (2005, p. 113-114)

Mesmo se considerarmos que os professores fazem parte dessa nova produção subjetiva, podemos perguntar se algumas vezes seu discurso não se mantém amarrado em valores estruturados na época em que eles próprios foram educados. Em outras palavras, o professor escolar, muitas vezes, insiste num diagnóstico da rebeldia do aluno, a partir do modelo do poder disciplinar em que ele, professor, pode aparecer como alguém desatualizado, seja em função das informações tecnológicas que eles rapidamente obtêm, ou mesmo em função da postura disciplinar creditada, em princípio, aos docentes. Talvez a forma mais apropriada de encaminhar essa problemática seja tentando sair do discurso da “culpabilização generalizada”, entendendo que tanto os professores quanto os alunos afetam e são afetados pelo mesmo processo de mudança social.

Para haver transformação social nas relações de poder entre professor e aluno, é preciso que as mudanças aconteçam primeiramente na instituição de ensino, no sentido de que a escola contribua em um processo formativo voltado para o exercício da cidadania e da

consciência crítica. Além disso, a escola e a universidade formam professores, requerendo a busca pelo estabelecimento de uma relação dialógica entre ambas, com foco em uma formação robusta, que incentive a prática leitora, na perspectiva de interpretação e intervenção na e sobre a realidade (ARAÚJO *et al.*, 2020).

Nesse aspecto, emerge o desenvolvimento de estratégias formativas, no âmbito acadêmico, que estimulem os futuros professores a se aventurarem no universo da leitura, de forma prazerosa e não apenas como obrigação, ação que poderá reverberar no trabalho docente, quando os acadêmicos se inserirem profissionalmente, através do delineamento de atividades que incentivem os educandos, com os quais irão interagir, a vislumbrarem a leitura como um dos principais instrumentos da formação cidadã.

Desse modo, Setúbal (2010) evidencia que os avanços científicos e tecnológicos têm alcançado uma gama maior de indivíduos, de forma que a internet tem possibilitado o contato das pessoas com leituras variadas, em consonância com as peculiaridades de cada indivíduo. Contudo, Araújo e Mattos (2018) evidenciam que o acesso à rede mundial de computadores ainda se evidencia de forma desigual, o qual muitos indivíduos não têm acesso as tecnologias, principalmente, nas camadas mais pobres da sociedade, clientela que representa a maior parte dos estudantes que frequentam a escola pública, vivendo em uma exclusão digital.

A LEITURA NO ESPAÇO VIRTUAL

O século passado foi marcado por grandes mobilizações por parte da educação brasileira, na tentativa de superar e romper com as barreiras do analfabetismo. Em meio a essas tentativas, surgiram, por exemplo, as escolas rurais e o EJA-Educação de Jovens e adultos – importante salientar que este último ainda permanece em funcionamento, dentre outros programas do governo que visavam superar os altos índices de analfabetismo. Porém, com o passar do tempo e com a revolução tecnológica, surgiu outro tipo de analfabetismo, o chamado “analfabetismo digital”, todavia, esse novo analfabetismo deve ser criticamente enfrentado, para que esses indivíduos não sejam excluídos de seus direitos perante o processo de aprendizagem, como afirma Silva (2008, p. 13-14)

Em meio ao processo de globalização acelerada deste início de terceiro milênio, de que forma entender o chamado “analfabetismo digital” no Brasil, senão alçando-o à condição de um complexo desafio a ser imediatamente superado? Caso esse desafio não seja criticamente enfrentado, corre-se o risco de bloqueio, de exclusão ou, no mínimo, de uma pesada dificuldade para que grande parcela do povo brasileiro tenha acesso aos bancos de dados e informações hoje disponibilizados pelas redes www.com nos vastos oceanos da internet. Isso não significa diminuir a importância da aprendizagem de outros códigos (verbais e/ ou não verbais) que circulam por meio de veículos e suportes específicos de comunicação.

A leitura oportuniza às pessoas o acesso à informação e a cultura. De modo que os espaços virtuais, por vezes, constituem-se ambientes propícios para o desenvolvimento do hábito da leitura, conforme o gosto e a necessidade do indivíduo, mas, infelizmente, nem todos têm acesso à rede mundial de computadores.

Desse modo, Araújo e Mattos (2018) advogam a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que promovam a democratização do acesso as tecnologias e a rede mundial de computadores, de forma que tal fator possa ser utilizado como elemento formativo, com fins não apenas de entretenimento, mas de formação, estímulo à leitura e aprendizagem, propiciando a inclusão digital.

A aquisição da leitura é um dos processos mais significantes do desenvolvimento humano. Porém, há que se entender que a leitura é bem mais do que a decodificação de palavras, ou ainda a memorização destas. Ler significa fazer relações daquilo que é escrito com o que se vive de fato, é entender os processos que acontecem à nossa volta, bem como desenvolver a capacidade de compreensão do mundo que nos cerca, sendo estes fatores importantes possibilitados pelo domínio da leitura. Nesse sentido, Freire (2010, p. 123) chama a atenção para a necessidade do respeito que o educador deve ter em relação à leitura de mundo do educando

Há algo ainda de real importância a ser discutido na reflexão sobre a recusa ou ao respeito à leitura de mundo do educando por parte do educador. A leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo.

Sabemos que a escola tem um papel fundamental na formação de cada indivíduo. Desta maneira, todo conhecimento trazido por cada aluno, bem como sua história de vida são fatores que devem ser explorados, com a finalidade de desenvolver a aprendizagem e a leitura de mundo, inclusive, os professores devem atentar para tais aspectos, na premência de despertar o interesse e aguçar a curiosidade discente, despertando o aluno para o mundo da leitura.

Mediante a sua trajetória de vida, permeada por diferentes tipos de leitura, sejam de âmbito pessoal ou escolar, o ingresso no ensino superior inicia um novo ciclo na vida de cada estudante (ARAÚJO *et al.*, 2020). Desse modo, ao entrar em contato com diversos tipos de textos, os discentes devem se sentir envolvidos com as atividades destinadas ao seu desenvolvimento acadêmico, independente do uso de livros ou textos online, de maneira que as atividades propostas possam colaborar para o aprimoramento do hábito da leitura, assim como estimular a criticidade e o desenvolvimento pessoal e profissional.

É importante destacar que a leitura nos espaços virtuais está concatenada a uma desterritorialização da censura, no sentido de que o acesso aos conteúdos entendidos como *tabus* ou polêmicos, de certa forma, são livres, ou seja, o sentido de proibido passa a ter múltiplos significados, uma vez que quem está atrás da tela não é visto, assim, o anonimato nega a identidade.

Para tanto, a presente pesquisa levou-nos também a questionar até que ponto os alunos têm a oportunidade de falar sobre suas práticas leitoras, e como os licenciandos do curso de Pedagogia e participantes do estudo estão preparados para a democratização das diversas leituras, sendo elas tidas como proibidas ou não.

METODOLOGIA

Este estudo está ancorado na análise qualitativa da pesquisa, pautado em Minayo (2003, p. 21), quando explicita que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Assim, a afirmação nos faz refletir sobre os fenômenos desvelados mediante a abordagem qualitativa, pois são particulares, carregam consigo diversos significados e realidades múltiplas.

Como técnica de coleta de dados do estudo, utilizamos o grupo focal pautado em Barbour (2009), o qual esta explicita que este instrumento de pesquisa serve para acessar

conhecimentos a partir das necessidades de um grupo, enriquecer e explorar os resultados da interpretação de uma pesquisa, sobretudo as contradições em que o estudo foi realizado.

O grupo focal foi também um espaço para fazer uma memorização da trajetória formativa de cada pessoa que dele fez parte, pois os encontros oportunizaram momentos de aprendizagem coletiva. Para Guimarães (2006, p. 157)

Grupo de opinião, grupo focal (*focus group*) ou grupo de discussão é um procedimento investigativo que se aproxima de alguma maneira a uma entrevista coletiva. Significa centrar o foco da coleta de dados num ou mais grupos específicos, ou explorar um foco, um aspecto específico de uma questão, a partir de um ou mais grupos. Sua utilização pressupõe a opção por coletar dados com ênfase não nas pessoas individualmente, mas no indivíduo, enquanto componente de um grupo.

Dessa forma, acredita-se que a pesquisa propiciou às pessoas que dela participaram a oportunidade de expressar suas preferências leitoras, e de manifestar seus medos e anseios quanto ao universo da leitura.

Para dialogar sobre as leituras proibidas ou negadas, os pesquisadores realizaram estudo prévio e de aprofundamento sobre a temática, elencamos os principais pontos abordados, remetendo à compreensão de leituras proibidas, identidade e família. Ainda questionamos sobre a influência da família ou da instituição de ensino nesse processo de negação ou proibição.

O material coletado na pesquisa foi submetido à análise de conteúdo, e pautado nos estudos de Bardin (2009). O grupo focal foi composto por vinte e um sujeitos (dezoito mulheres e três homens), que participaram de forma voluntária da investigação, em que as ações foram realizadas na segunda quinzena do mês de abril de 2018.

Destacamos que, com o intuito de preservar a identidade dos participantes desta investigação não divulgaremos os nomes dos sujeitos, optando por chamá-los de aluno 1, aluno 2 e assim sucessivamente.

A realização da ação com o grupo focal foi gravada, mediante consentimento dos sujeitos, para posterior transcrição, com foco apenas em fins científicos, respeitando os participantes do estudo, atentando para o fato de não lhe causar nenhum dano ou prejuízo, adequando-se as normas éticas da pesquisa, em consonância com La Taille (2009).

RESULTADOS DA PESQUISA: PERSPECTIVAS EMPIRISTAS E SUBJETIVAS NAS FALAS DOS GRADUANDOS

Mediante estudo prévio e de aprofundamento sobre a temática, foi solicitado aos sujeitos participantes que falassem sobre as leituras proibidas e negadas na sua vida. Nesse momento constatou-se a dificuldade dos acadêmicos em falar sobre o assunto, visto que dos 21 sujeitos, apenas 07 pessoas fizeram comentários acerca do tema, e destes, somente 01 homem participou.

Esse entrave evidencia a apreensão dos sujeitos em explicitarem a percepção crítica sobre o assunto explorado, tal fato se deve ao medo do julgamento das outras pessoas, em consonância com aspectos moralista que permeiam a sociedade, estipulando padrões que consideram o acesso a determinadas leituras como algo que fere princípios morais (COSTA; GERMANO, 2012).

Aos poucos, alguns indivíduos, expuseram o posicionamento acerca das leituras proibidas e negadas em sua trajetória de vida pessoal, formativa e social. Chamou-nos a atenção o fato de que muitos leram aquilo que era proibido/negado só por curiosidade, ou

seja, com o objetivo de afirmar o caráter da negação. Como explicam os investigados em destaque

Uma das leituras proibidas que vem à memória, foi quando li o diário do meu irmão. Ele pegou um caderninho, organizou e todo dia escrevia algo, e eu, muito curiosa, ficava no “pé” dele, querendo saber o que tanto ele escrevia. Contudo, um certo dia, fiquei observando o meu irmão de longe, já que era tarde, ele escreveu e foi em direção ao quarto. Eu ficava escondida atrás da porta e vi onde ele escondeu o diário, quando ele saiu, fui lá embaixo da cama, peguei e comecei a ler, lia com tanto entusiasmo, que não percebia nada ao meu redor, só aquele diário cheio de fantasias. Só que para a minha surpresa, quando levantei a cabeça, estava minha mãe e meu irmão em pé, perto de mim. Subiu um arrepio em mim, que fiquei toda me tremendo, levei uma lição de moral do meu irmão, e uma grande surra dos meus pais, que nunca mais quis chegar perto dos outros, principalmente, do meu irmão. Sentia e sinto ainda muita curiosidade, mas respiro fundo e me controlo (aluna 1).

Recordo-me que na infância, minha irmã gostava de ler livros sobre romances. Eu ficava bastante curiosa, porque eu só costumava ler livros da escola e revistas em quadrinhos. Minha irmã não queria que eu lesse aqueles romances, eu ficava sem entender tal proibição, mas é que, para ela, eu não tinha idade para aquele tipo de leitura (aluna 2).

Quando criança, queria ler livros que falassem sobre o corpo humano, mas tinha que lê-los às escondidas, pois em casa, meus pais não deixavam, devido às figuras que continha nos mesmos, porém, na escola, eu não conseguia lê-los, uma vez que as crianças que iam à biblioteca já tinham seus livros reservados, e eram mais educativos, a exemplo das fábulas e contos (aluno 3).

A fala dos sujeitos revela que a repressão as leituras consideradas proibidas acontecem essencialmente no ambiente familiar. Com efeito, a família aparece nesses relatos como principal proibidora das referidas leituras, deixando transparecer o caráter moralista e tradicionalista dessa instituição secular (PRATA, 2005).

Inicialmente, é possível identificar o conceito de “leituras proibidas” para alguns desses graduandos, ao mencionarem os diários, livros sobre romances e até mesmo os livros de Biologia, que contêm figuras do corpo humano. No tocante ao autoritarismo familiar e escolar, Freire (2009, p. 88) comenta que “o autoritarismo dos pais e dos mestres se desvela cada vez mais aos jovens como antagonismo a sua liberdade”.

Nesses termos, pairam aspectos culturais que perpassam a trajetória de vida dos sujeitos, de forma que os mesmos acabam esquivando-se de determinadas leituras pelo fato da repressão que sofreram em determinada época das suas vidas, fosse no ambiente escolar ou até mesmo no espaço familiar.

As falas dos sujeitos nos levam a refletir sobre algumas questões sociais e culturais, como, por exemplo, a repressão familiar em relação aos leitores e suas leituras, a imposição de valores morais e o temor que os leitores têm do julgamento da sociedade. Nessa direção, Silva (2008) atenta para a necessidade que se tem de considerar a percepção da realidade social do outro, ou seja, é preciso conhecer o contexto social e cultural ao qual o leitor pertence.

Outros sujeitos explicitaram episódios atinentes a situações em que as leituras foram proibidas ou negadas em suas vidas, bem como na de parentes próximos, conforme relatos abaixo

Há cinco anos, estava lendo uma revista típica de adolescente, cheia de perguntas. Ficava escondida no quintal ou no meu quarto, para que, assim, ninguém pudesse me ver, e costumava fazer isso frequentemente. Após um tempo, vi que não era correto passar o tempo todo vendo aquilo. O conteúdo daquelas revistas não trazia nenhuma informação, apenas induz o público a comprar, era também uma forma de alienação e causava dependência nas pessoas em relação àquele tipo de leitura (aluna 4).

Durante a infância, a minha mãe sempre me motivou a fazer a leitura da Bíblia, mas eu tinha vergonha de ler na frente das pessoas que não eram evangélicas, pois temia que elas me criticassem. Para evitar essas críticas, eu lia sozinha, no quarto. Até que um dia, na escola, percebi que uma colega também era evangélica, ela levava um “Novo Testamento” dentro da bolsa e, no intervalo, ela sentava-se sozinha para ler. Quando percebi, me aproximei dela para lermos juntas. Foi muito bom o tempo investido nesse tipo de leitura que para muitos, não é interessante (aluna 5).

Um exemplo legal de leituras proibidas é de um tio meu. Ele conta que na época da Ditadura Militar leu, às escondidas, o livro “O Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels, e que, certa vez, foi linchado pela polícia, por portar um caderno de cor vermelha, certa hora da noite. Uma leitura proibida pode variar de épocas e circunstâncias (como no exemplo acima), pode ser por falta de acessibilidade, já que algumas pessoas não têm condições, sejam elas financeiras ou por questões culturais e religiosas. O importante é saber que não é porque é proibida que determinada leitura é “errada” ou “certa”, ela apenas não atende aos padrões ideológicos daquele que as proíbe (aluno 6).

O posicionamento dos sujeitos revela que a leitura se constitui como um fenômeno cultural e social, em que a família e o contexto social, com o qual o indivíduo vive e interage, interferem nas opções de escolha das obras literárias com as quais os indivíduos devem ter contato. Contudo, o contato com a leitura que é considerada proibida exerce certo fascínio e curiosidade por parte do leitor, pela possibilidade de rompimento com padrões ideológicos que são idealizados por grupos sociais hegemônicos (SANTOS, 2007).

A fala de um dos sujeitos evidencia que algumas leituras são proibidas pelos próprios alunos. Em relação a isso, os motivos são diversos, alguns acreditam que não oferecem conhecimento intelectual, que não agregam valores a sua vida pessoal, dentre outros motivos, além disso, há evidência de uma autocensura. Outro fator remete à questão religiosa associada ao medo da intolerância, tendo em vista que uma participante relatou que evitava ler a Bíblia em público, pelo medo da não aceitação da maioria das pessoas que faziam parte de sua vida escolar, que não eram evangélicas e não possuíam tal hábito. Outro acadêmico relata um episódio que aconteceu com um parente seu, referente às proibições de algumas leituras, durante o período da Ditadura Militar, no Brasil.

A escolha por determinado tipo de leitura não deve se configurar como instrumento de exclusão e repressão social, uma vez que devem ser respeitadas as crenças religiosas, políticas, culturais e ideológicas de cada indivíduo, de forma que a prática leitora represente uma ação prazerosa e conducente a melhorias que reverberem em avanços cognitivos, na formação de cidadãos/cidadãs conscientes e atuantes no ambiente em que vivem, estudam ou exercem sua atividade profissional cotidiana (ARAÚJO *et al.*, 2020).

Um outro acadêmico evidenciou que o ambiente virtual propicia o contato com diferentes tipos de leitura que podem ser consideradas proibidas, explicitando que

Através da internet posso acessar diferentes tipos de leitura, as quais

muitas vezes a gente acessa sozinho, visto que determinadas páginas podem ser consideradas de cunho ofensivo para algumas pessoas, mas considero que toda leitura é válida, contanto que seja algo prazeroso e que propicie aprendizagem e melhoria do vocabulário pessoal do indivíduo (Aluna 7).

O relato do sujeito da pesquisa revela a potencialidade da internet no acesso à leitura, no que diz respeito ao contato com diferentes tipos de texto, mas que por vezes, são acessados individualmente, sem a presença de outras pessoas, certamente, pelo receio do julgamento em relação ao tipo de leitura escolhida. Contudo, enfatiza-se a necessidade de hábitos de leitura para a formação intelectual, social e cultural das pessoas.

Brito (2010) evidencia que a leitura se configura como elemento importante na formação social do indivíduo, em que este possa optar por aquilo que lhe chama atenção e desperta interesse, sem receio de repressão por pessoas que têm um pensamento ou crença diferentes. Dessa forma, a leitura pode servir como instrumento conducente na análise crítico/reflexiva da realidade que o circunda, na busca pela mobilização coletiva, tomada de decisões e luta por melhorias que beneficiem a sociedade de modo geral.

Como futuros professores, os indivíduos devem buscar o desenvolvimento de ações e estratégias que incentivem os educandos com os quais irão interagir a vislumbrarem a leitura como algo contribuinte em sua formação, potencializando a criticidade e o conhecimento qualificado e viabilizado pelo hábito da leitura, em que esta deve ser delineada em conformidade com anseios e necessidades dos estudantes, cabendo ao professor oportunizar o contato com diferentes e diversificados textos, atentando para a questão da indicação da faixa etária a qual o livro se destina, em adequação a questões éticas e pela maturidade dos indivíduos com os quais interage.

A construção da identidade leitora está associada ao contato com leituras que despertem o interesse dos sujeitos, instigando a sua curiosidade, de forma que a leitura não se configure apenas como algo imposto pelos docentes nos ambientes escolares ou acadêmicos, mas que tenha um sentido e uma finalidade na vida pessoal do indivíduo (ARAÚJO *et al.*, 2020).

A aprendizagem e renovação dos processos de aquisição da leitura serão possíveis por meio dos modelos de inovação criados pelos próprios professores, e isso ocorrerá quando eles romperem com algumas práticas deterministas, as quais dizem que o indivíduo é produto apenas do meio interno. Desse modo, toda e qualquer leitura precisa ser significativa, isto é, os conteúdos precisam fazer sentido para o leitor. O processo de aquisição da leitura deve envolver o aprendiz como pessoa integrante de um contexto social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teórico e a pesquisa empírica revelaram que as “leituras proibidas” se constituem como um ato de curiosidade que acompanha, principalmente, os jovens, de maneira histórica. Paralelamente a isso, a vigilância pedagógica, de cunho religioso, e a familiar ainda são presentes, mesmo entre os jovens da universidade. Os alunos têm um distanciamento ou aproximação com esse tipo de leitura, de acordo com a moral vigente no núcleo familiar a qual os sujeitos pertencem.

Ficou evidenciado dessa forma os principais achados da pesquisa: O acesso a essas leituras acontece geralmente através de algum membro da própria família, fator evidenciado nos relatos de alguns alunos que citam o irmão ou a irmã como mediadores indiretos desse tipo de leitura. Diferentemente do que se imaginava no início da pesquisa, algo contrário foi

revelado, ao final da investigação, pois mediante análise dos dados, percebeu-se que a escola não aparece como o principal ambiente da prática dessas leituras.

É essencial compreender o significado e o conceito de determinadas palavras e temáticas para algumas pessoas, pois no decorrer da fala dos alunos, foi concluído que para alguns, as “leituras proibidas” não são necessariamente aquelas que tratam da temática sexualidade, mas, sim, aquelas que, por exemplo, são feitas sem o consentimento do escritor dos textos, como no caso dos diários pessoais. Neste sentido, essas leituras são proibidas não só pelo conteúdo, mas também por se tratar de uma ética de valores e respeito ao próximo.

A leitura está para além da decodificação das palavras, tendo em vista que se constitui também como uma habilidade intelectual, permeando o sujeito ao longo da vida. Por meio da leitura, o homem tem acesso aos bens culturais essenciais ao desenvolvimento social e crítico. O ato da leitura constitui-se como um processo de apreensão e compreensão daquilo que está limitado ao papel ou à tela do computador, portanto, se o sujeito não se apropria da leitura, logo ele não conseguirá compreender aquilo que está à sua volta.

É essencial que possamos debater, refletir e aprender coletivamente, mediante a escuta sobre as experiências vivenciadas pelos demais indivíduos, constituindo um momento oportuno de debates, inferências e como espaço de aprendizagem da profissão, permeada pelas narrativas de vida que fizeram parte das histórias dos estudantes, nas quais as leituras proibidas despertaram curiosidade e interesse. Que saibamos aprender sobre a vida dos que fazem a comunidade escolar, que estejamos em sincronia com os hábitos dos nossos alunos e as respectivas realidades presentes em suas falas, e no significado dos valores que trazem do contexto no qual estão inseridos, o que nos sugere a continuidade deste estudo sobre leituras proibidas e permitidas na Escola e outras leituras de mundo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriane Matos de; MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. Exclusão digital e educação: a infraestrutura como condição primária. *e-Mosaicos*, Rio de Janeiro/RJ, v. 7, n. 16, p. 157-180, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2018.33369>>. Acesso em 14 abr. 2021.

ARAÚJO, Regiane Rodrigues. A leitura no cotidiano de futuros professores: contribuições dos diários de formação. *Interfaces Científicas - Educação*, Aracaju/SE, v. 8, n. 3, p. 527-540, set./dez. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p527-540>>. Acesso em 14 abr. 2021.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRITO, Daniele Santos de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. *Revela*, Praia Grande/SP, v. 2, n. 8, p. 1-35, jun./ago. 2010. Disponível em: < http://www.fals.com.br/revela/revela026/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf>. Acesso em 14 abr. 2021.

COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da; GERMANO, José Wellington. Conhecimento proibido: a interdição da leitura em regimes políticos autoritários. *Revista Inter-Legere*, Natal/RN, v. 1, n. 11, p. 147-158, jul./dez. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4306>>. Acesso em 14 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- GUIMARÃES, Valter Soares. O grupo focal e o conhecimento sobre identidade profissional dos professores. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). *Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 145-167.
- LA TAILLE, Yves de. *Formação ética: do tédio ao respeito a si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MEKSENAS, Paulo. *Sociologia*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MELO, José Marques de. Comunicação social: da leitura à leitura crítica. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 100-110.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PRATA, Maria Regina dos Santos. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro/RJ, n. 28, p. 108-115, jan./abr. 2005. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100009>>. Acesso em 14 abr. 2021.
- SANTOS, Maria José Lima dos. Entre comportamento permitido e leitura proibida: Paula de Siqueira, uma leitora de Diana. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana/SE, v. 2, n. 2, p. 69-73, jul./dez. 2007. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1738>>. Acesso em 14 abr. 2021.
- SETUBAL, Maria Alice. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília/DF, v. 91, n. 228, p. 345-366, mai./ago. 2010. Disponível em: < <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.91i228.577>>. Acesso em 14 abr. 2021.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura no mundo virtual: alguns problemas. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da et al.(coord). *A leitura nos oceanos da internet*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-16.

Submetido em junho de 2021
Aprovado em agosto de 2021

Informações do(a)s autor(a)(es)

Regiane Rodrigues Araújo

Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará- UECE e em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá. Possui Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior e Educação Continuada pela Faculdade de Juazeiro do Norte- FJN. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará- UECE. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará- UFC. Professora do Centro Universitário Christus – Unichristus.

E-mail: regianearaujo@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2445-6972>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2631492120351847>

Francisco Jeovane do Nascimento

Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Especialista em Ensino de Matemática pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e em Gestão Escolar pela Universidade Cruzeiro do Sul. Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE) e Bolsista da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP).

E-mail: jeonasc@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9753-724X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8459854283223995>

Maria Socorro Lucena Lima

Pós- Doutora e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com Estágio na Universidade do Minho – Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciada em Letras e Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Foi Professora Visitante da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) 2017-2019. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE).

E-mail: socorro_lucena@uol.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6600-1194>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1596146508437623>